

# Situação limite: é hora de intensificar a mobilização!



**A** assembleia dos docentes da UFABC, realizada no dia 13 de fevereiro de 2020, deliberou por unanimidade aderir às mobilizações em defesa da educação através de uma paralisação das atividades no dia 18 de março. Desde então, os docentes engajaram-se em uma série de atividades que marcou, sem dúvida, uma das mais fortes campanhas políticas da universidade nos últimos anos.

Em resumo, logo depois da assembleia do dia 13/02, a ADUFABC se reuniu com o SINTUFABC e o DCE e fechou um calendário comum de atividades que incluía a produção conjun-

ta de materiais, a realização de uma assembleia unificada de estudantes, TAs e professores em Santo André no dia 12 de março e uma agenda comum de atividades para o próprio dia 18 de março.

Na sequência, realizamos duas reuniões – em Santo André e São Bernardo do Campo – para que os docentes, à luz desse calendário comum, organizassem uma campanha de mobilização que incluiu:

- a impressão de 10 mil panfletos de divulgação da campanha;
- a distribuição de centenas de ade-

sivos para marcar a adesão à paralisação;

- a produção de faixas divulgando a luta em defesa da universidade pública;
- o envio de um questionário a todos os docentes levantando o impacto real da crise nas nossas atividades cotidianas;
- a passagem em praticamente todas as salas de aula de Santo André e São Bernardo;
- a realização de uma audiência pública com o reitor da UFABC no dia 10



## PARALISAÇÃO DIA 18 DE MARÇO

### Em defesa da Universidade Pública

**“ Por que os docentes da UFABC estão tão mobilizados? Sem dúvida, porque estamos em uma situação limite. Por razões econômicas e políticas, o atual governo considera a universidade pública inimiga. Politicamente, porque se trata de um governo obscurantista, que despreza a ciência, a cultura e o conhecimento, como Bolsonaro deixou claro ao ignorar as recomendações médicas e participar dos atos de domingo.”**

de março, em São Bernardo do Campo;

- e a produção do presente boletim.

Nesse processo, o engajamento dos docentes da UFABC, como vimos, foi intenso. Vários se voluntariaram para passar em sala de aula, tendo sido recebidos também por colegas e muitos estavam na audiência pública com o reitor e na assembleia unificada.

Por que os docentes da UFABC estão tão mobilizados? Sem dúvida, porque estamos em uma situação limite. Por razões econômicas e políticas, o atual governo considera a universidade pública inimiga. Politicamente, porque se trata de um governo obscurantista, que despreza a ciência, a cultura e o conhecimento, como Bolsonaro deixou claro ao ignorar as recomendações médicas e participar dos atos de domingo. Por razões econômicas, porque se trata de um governo ultraliberal que quer transformar o Brasil em terreno de experimentação de medidas irresponsáveis como a emenda constitucional do teto de gastos – que é a grande responsável pela crise da saúde e da educação que estamos vivendo - e, mais grave ainda, a Reforma Administrativa e a PEC emergencial (186/2019), que – se aprovadas - vão instalar um verdadeiro “estado de sítio fiscal”, preservando a elite do funcionalismo, formada pelo judiciário e militares, e caçando direitos dos servidores públicos da base, incluindo professores do ensino superior.

Quem participou da audiência pública com o reitor da UFABC na terça-feira, dia 10 de março, entendeu concretamente porque estamos em uma situação limite.

Para funcionar em 2020, a UFABC tem apenas 60% do orçamento de 2019. Isso porque, a Lei Orçamentária deste

ano condicionou a liberação dos outros 40% do orçamento à aprovação de um Projeto de Lei de suplementação orçamentária que depende exclusivamente de iniciativa do executivo. Ou seja, se o governo federal entender que não é o caso – seja por razões econômicas seja por razões políticas – de suplementar o orçamento das Universidades Federais, será simplesmente impossível acessar 100% do orçamento previsto para 2020.

Essa situação absurda tem três agravantes:

Primeiro, mesmo esses 60% do orçamento de 2019, disponíveis para 2020, não estão diretamente disponíveis e ainda podem ser contingenciados. Sua liberação integral depende da arrecadação do Estado que, em função da crise econômica internacional e do Coronavírus, deve cair dado o contexto em que uma recessão econômica nacional e internacional mostra-se cada vez mais provável.

Segundo, nesses 40% “confiscados” do orçamento, estão incluídos não só gastos de custeio, mas também, de forma inédita, gastos com pessoal, em particular, no caso da UFABC, uma pequena parcela do pagamento de benefícios pode ser comprometida caso esse valor não seja liberado. Como esse cálculo foi diferente de universidade para universidade, é importante frisar que tem instituição que – caso não acesse 100% do orçamento – não terá dinheiro para pagar salários no final do ano.

Por fim, caso a PEC emergencial (186/2019) seja aprovada nos próximos meses, é provável que, para acessar os 40% suplementar do orçamento, as universidades tenham que disparar, antes, os gatilhos previstos na PEC tais como a redução de jornada com redução de salário, a suspensão de concorrência



*Assembleia unificada da UFABC - ADUFABC - SINTUFABC - DCE, 12 de março 2020*

tos, o cancelamento do pagamento de direitos e benefícios como promoções, progressões, reembolso de viagens, dentre outros. Não está claro se esses benefícios incluem a retribuição por titulação, que conforma parte importante do nosso salário, mas o risco existe.

A situação, como vemos, é gravíssima e, como destacou o reitor, a UFABC já vive cotidianamente o impacto dessa crise, com cortes e incerteza no pagamento de bolsas, redução até o limite dos serviços básicos como limpeza, transporte e segurança e atraso no atendimento de demandas de obras de manutenção, que começam a aumentar dado que nossos prédios e instalações já não são mais exatamente “novos”.

Foi diante desse quadro que a assembleia unificada da UFABC, reunindo estudantes, técnico-administrativos e professores, aprovou que estamos, desde o dia 12 de março, em “estado de mobilização”. Na prática, isso significa que cada membro da nossa comunidade deve buscar aumentar sua participação na defesa da universidade pública, seja engajando-se nas atividades promovidas pela ADUFABC, seja de outras maneiras que achar mais apropriado. É hora de inovação e cria-

tividade nas nossas formas de atuar politicamente.

A crise sanitária provocada pela pandemia do Coronavírus intensificou-se justamente nesse momento, em que a nossa mobilização crescia. Sem dúvida, temos que ser responsáveis, evitando aglomerações físicas. Por isso, acompanhando os organizadores das mobilizações e a reitoria da UFABC, a ADUFABC suspendeu a convocação para os atos de rua do dia 18 de março e as atividades que realizaria na UFABC no mesmo dia.

Mas isso não significa, de jeito nenhum, que vamos diminuir nossa mobilização. A paralisação do dia 18 de março está mantida, mesmo com a suspensão das aulas. Será uma data importante que marca o início de uma longa campanha, em 2020, em defesa da educação e dos serviços públicos.

Enquanto as aulas estiverem suspensas, essa campanha será sobretudo virtual. A diretoria da ADUFABC vai se reunir nesta semana para estabelecer uma estratégia virtual de mobilização, que deve incluir, dentre outras iniciativas:

- intensificar nosso engajamento

**“** A assembleia unificada da UFABC, reunindo estudantes, técnico-administrativos e professores, aprovou que estamos, desde o dia 12 de março, em “estado de mobilização”. Na prática, isso significa que cada membro da nossa comunidade deve buscar aumentar sua participação na defesa da universidade pública, seja engajando-se nas atividades promovidas pela ADUFABC, seja de outras maneiras que achar mais apropriado.**”**

nas redes sociais – twitter, facebook, instagram e whatsapp - na defesa dos serviços públicos e da educação

- produzir individual e coletivamente conteúdo - textos, análises e vídeos – sobre o papel central do sistema único de saúde e das instituições públicas de ensino e pesquisa no contexto da atual crise epidêmica global;

- defender as políticas públicas baseadas em evidências, numa campanha

em defesa do conhecimento, contra o obscurantismo;

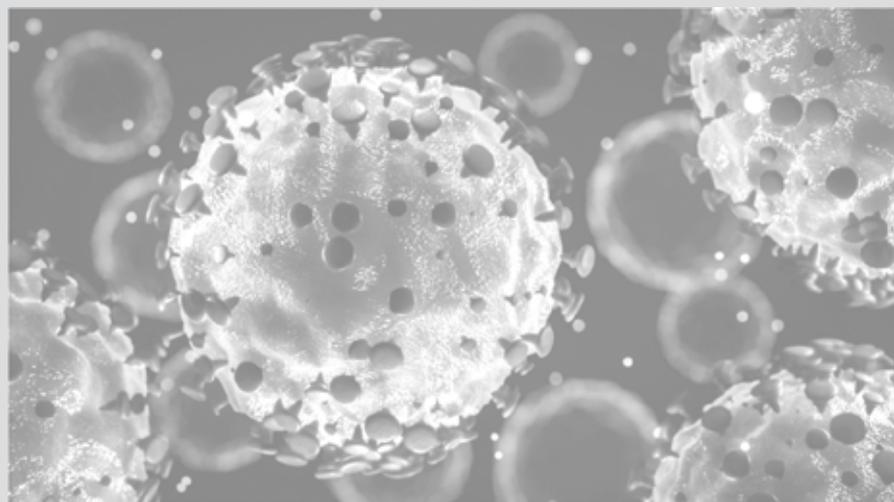
- difundir a campanha contra a EC do teto de gastos, a Reforma Administrativa, a PEC 186/2019 emergencial e outras medidas de destruição dos serviços públicos básicos.

- fortalecer o nosso canal no YouTube, “Em defesa da educação”.

Estamos em contato direto com a

reitoria, para acompanhar de perto as perspectivas para as próximas semanas em relação à suspensão das aulas e demais atividades da universidade. Mas a situação limite que estávamos vivendo só se agravou com a pandemia do Corona vírus e seus impactos na economia. Mais que nunca, a hora é de mobilização. Disso depende a sobrevivência da universidade pública e o futuro do país.

## A pandemia do novo coronavírus e a importância dos serviços públicos



*e depende estritamente de investimentos do Estado.*

*É justamente por isso que estamos lutando pela defesa dos serviços públicos do país, reivindicando a imediata revogação da EC95, do Teto dos Gastos, que está destruindo o sistema público de saúde, educação, ciência e tecnologia.*

*Também por isso, somos contra a PEC 186, também conhecida como PEC emergencial, que sucateará ainda mais os serviços públicos nessas áreas, e a Reforma administrativa, que atacará*

*direitos dos servidores mais vulneráveis, ao invés de atingir a cúpula do sistema pública, formado pelo judiciário e por militares.*

*A luta em defesa da educação é, também, a luta em defesa da saúde pública. Crises como essa mostram de maneira dramática como é irresponsável a política de Estado mínimo, que reproduz desigualdades, prejudica os mais vulneráveis e compromete o desenvolvimento e bem-estar de todo o país.*

*Não há tempo a perder: é preciso mudar já, para salvar o presente e o futuro do nosso país e do nosso povo!*

**Assembleia unificada da UFABC - ADUFABC - SINTUFABC - DCE**

### **Nota da assembleia unificada da UFABC de 12 de março de 2020**

*O Brasil já está enfrentando, e deve se aprofundar nas próximas semanas, a pandemia provocada pelo novo coronavírus.*

*Crises sanitárias como essa só podem ser enfrentadas por meio de um sistema público de saúde forte e eficaz, que possibilite não só atender as vítimas, como definir protocolos de diagnóstico e tratamento, centralizar e processar informações, planejar ações de contenção e desenvolver pesquisas de remédios e vacinas.*

*No caso do Brasil, esse sistema público é formado pelo SUS e por instituições públicas de ensino e pesquisa*

# A relação entre educação, política econômica e economia

FÁBIO TERRA

professor de economia

O governo Bolsonaro, diferente dos anteriores, inclusive do de Michel Temer, conseguiu transformar o ministério da educação numa sala do ministério da economia. Paulo Guedes é, de alguma forma, o ministro indireto da educação.

E por que isso? Pois, ao invés de lutar por mais recursos para a educação, o que o ministério da educação tem feito é aceitar a redução de gastos colocada pelo ministério da economia: em 2019, os gastos do ministério da educação caíram 16% em relação a 2018.

É claro que dinheiro não cai do céu e o país tem, sim, a necessidade de equilibrar suas contas em médio prazo. Contudo, quando é preciso reduzir gastos, é necessário principalmente que se estabeleçam prioridades e, certamente, uma redução de 16% nos gastos deixa claro que a prioridade deste governo não é a educação. Ao final, foram R\$ 17,4 bilhões reduzidos em um ano, o que corresponde a aproximadamente 60 UFABCs.

No entanto, nem todas as áreas tiveram redução de gastos: a defesa, por exemplo, aumentou em 22% seus desembolsos reais em 2019. Como o orçamento público é o centro de uma disputa de interesses, isso mostra, por exemplo, que o esforço de redução de gastos feito pela educação serviu para se aumentarem os gastos em defesa.

Mas, educação é menos importante do que defesa? Certamente não. A maior parte dos gastos aumentados na defesa foi para custeio de pessoal, ou



**“ Mesmo nos Estados Unidos, em que o sistema universitário é amplamente privado, 63% dos investimentos em ciência e tecnológica que ocorrem nas universidades é dinheiro público.”**

seja, salários. Mas, a parte que foi para equipamento é fruto de educação, ciência e tecnologia que foram desenvolvidos no tempo e estão incorporados no produto. Eis a importância da educação. Educação é um investimento fundamental para o crescimento do país a longo prazo, pois é o que desenvolve (1) a capacidade de as pessoas entenderem problemas abstratos e concretos

e (2) desenvolver soluções para eles.

Às soluções dos problemas, que vêm com educação e ciência, chamamos tecnologia. A Califórnia, grande produtora e vendedora de tecnologia, se fosse um país, seria um dos 10 mais ricos do mundo. E mesmo nos Estados Unidos, em que o sistema universitário é amplamente privado, 63% dos investimentos em ciência e tecnológica que ocorrem nas universidades é dinheiro público. Ou seja, educação, pesquisa e tecnologia são um sistema só e precisam de recursos. O setor público normalmente o custeia para dividir os custos da educação, ciência e tecnologia com a sociedade, pois o benefício que elas geram são igualmente repartidos socialmente. Lembrem-se da Califórnia e de sua riqueza.

Todavia, olhando a economia brasileira e a política econômica hoje, nada indica que haverá mudança de prioridade. O crescimento da economia no primeiro ano Bolsonaro foi de apenas 1,1%, resultado pior do que o de Michel Temer em 2018: passamos a cres-

**“ Não se assustem  
se a educação  
for o próximo cômodo  
a ser destruído por  
Paulo Guedes neste  
processo de redução  
forçada do Estado.”**

cer mais devagar. O governo acredita que será o corte de gastos públicos a qualquer custo que fará com que o Brasil volte a crescer e, assim, intensificará o ajuste fiscal para tentar acelerar o crescimento em desaceleração.

Qual a razão para o governo pensar assim? A lógica do governo é a de que menos Estado reduz os gastos e o déficit públicos e, assim, equilibra a dívida pública. Este processo aumenta a confiança da iniciativa privada, fazendo-a investir. Daí virá o crescimento.

Em momentos em que o setor privado está confiante e aquecido, o Estado deve realmente diminuir seus gastos. Porém, no Brasil de hoje, com o setor privado desaquecido, nenhum empresário se animará a investir se alguém não o fizer antes e o Estado é o ente que consegue dividir socialmente os custos e, assim, com seu gasto, gerar demanda e renda.

Repito: dinheiro não cai do céu. Então, o Estado deve escolher setores de rápido impacto imediato e que garantam a continuidade do crescimento de longo prazo. Certamente este setor não é o de defesa. É preciso investimento em infraestrutura, que é altamente empregadora e melhora a condição da estrutura privada de produção, construção civil, saúde e educação.

Infraestrutura e construção são investimentos públicos que rapidamente movimentam uma série de setores produtivos da economia e empregam bastante. Educação (e nela, ciência e tecnologia) e saúde implicam capaci-

dade de reinventarmos nossa economia de tempos em tempos, como fazem os países desenvolvidos, de onde importamos tudo o que tem valor. Maior crescimento do PIB gera maior arrecadação e em médio prazo, com crescimento, se tem o necessário reequilíbrio fiscal.

Mas, se educação não foi prioridade em 2019, duvidemos que será em 2020, até porque Abraham Weintraub, ao invés de travar uma guerra por aumentar os recursos da educação, tem como intenção tramar uma guerra cultural contra alguma coisa que não sabemos bem o que é. Não somos prioridade do governo e o encarregado pela educação no país parece concordar com isso.

Enfim, o ministério da educação tornou-se uma sala do da economia e o ministro da educação se preocupa com outras coisas que certamente não ajudam a melhorar o desafio da educação brasileira. Com uma situação econômica estagnada e com a crença de que é preciso ainda menos Estado para se sair da estagnação, mais do que sala do ministério da economia, não se assustem se a educação for o próximo cômodo a ser destruído por Paulo Guedes neste processo de redução forçada do Estado.

Ninguém no mundo avançado, hoje, debate redução ou aumento do Estado, a preocupação é com sua eficiência. Mas o Brasil gosta de ser um mundo à parte. Uma pena, pois mais do que o nosso hoje, o preço do futuro é o que será mais caro.

# Em defesa do nosso projeto

SIDNEY JARD  
professor do CECS

No 11 de setembro de 2006, iniciamos a construção de um novo projeto universitário para o país: "A Universidade do Século XXI". Respalado por uma política governamental comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico, nosso projeto foi bem sucedido na combinação de múltiplas realizações pedagógicas: ensino interdisciplinar, extensão inclusiva, pesquisa de excelência. Com pouco mais de dez anos de atividade, nos tornamos uma das instituições universitárias mais importantes e respeitadas do Brasil.

Hoje, este projeto está ameaçado. Por mais distintas que sejam as nossas visões acadêmicas e políticas, não é tarefa apenas das entidades estudantis, dos sindicatos de técnicos administrativos e das associações docentes defendê-lo. Precisamos mobilizar toda a comunidade acadêmica em defesa do nosso projeto pedagógico e da universidade pública. Todo grande movimento social é constituído e iniciado por pequenos grupos. Precisamos nos organizar nas salas de aula, nas bibliotecas, nos laboratórios, nos espaços públicos. Em todos os lugares em que ainda temos vez e voz. Precisamos inovar para além do espaço acadêmico.

Não podemos ser chamados de "idiotas úteis", "zebras gordas", "parasitas" e nos calarmos diante de ofensas tão abjetas. Por muito menos, deveríamos exigir a retratação pública por parte de nossos detratores, os quais, infelizmente, ocupam cargos de alto



escalão no Estado brasileiro. A história nos ensinou que aos poucos, diante do silêncio daqueles que são atacados, mentiras são tomadas como verdades e, quando estiverem consolidadas no imaginário social, pode ser tarde de mais para desmenti-las.

A pergunta fundamental a ser feita – e sabemos que toda vocação científica parte de uma inquietação teórica ou empírica – é: O que mais precisam fazer para reagirmos? O que mais precisam fazer para nos indignar? O quanto mais precisam nos atacar para, finalmente, dizermos BASTA?

Se não somos capazes de nos mobilizar diante de ataques tão rasteiros

**“ Não podemos ser chamados de “idiotas úteis”, “zebras gordas”, “parasitas” e nos calarmos diante de ofensas tão abjetas. Por muito menos, deveríamos exigir a retratação pública por parte de nossos detratores, os quais, infelizmente, ocupam cargos de alto escalão no Estado brasileiro.”**

contra a Universidade Pública, como fazer a comunidade externa acreditar que somos dignos do lugar que ocupamos? Como convencer a sociedade a defender uma Universidade incapaz de defender a si mesma? Há momentos para a reflexão e há momentos para a ação. Diante de tantos ataques e de ameaças ainda maiores, sem uma reação imediata, em muito pouco tempo poderá ser tarde demais para refletir sobre o que fazer.

A hora é agora. Em defesa do nosso Projeto Pedagógico e da Universidade Pública:

**“Paralisar, Mobilizar e Ousar no dia 18 de março!”**



[facebook.com/adufabc](https://facebook.com/adufabc)

[www.adufabc.org.br](http://www.adufabc.org.br)

# PARALISAÇÃO DIA 18 DE MARÇO

## Em defesa da

# Universidade Pública

### EXPEDIENTE

**INFO** - publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC. Seção Sindical do ANDES - SN. Diretoria: Presidenta: Maria Caraméz Carlotto; Vice-presidente: Armando Caputi; Secretária geral: Tatiana Berringer de Assumpção; Primeiro-secretário: Ramatis Jacino; Tesoureira-geral: Valéria Lopes Ribeiro; Primeiro tesoureiro: Victor Ximenes Marques; Diretor de Imprensa, Comunicação e Cultura: Valter Ventura da Rocha Pomar; Diretor de Relações Sindicais, Jurídicas e Defesa Profissional: Gilson Lameira de Lima; Diretor Regional de Santo André: Francisco de Assis Comaru. Diagramação e arte: Emilio Font - Contatos: adufabc.ssind@gmail.com Endereço: UFABC - Campus Santo André . Av. dos Estados, 5001, Bloco B, 11º andar - Bairro Santa Terezinha. Santo André - SP - Brasil . CEP 09210-580